



INFORMATIVO

O TUIUTI



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

470 anos do 2º Governo Geral do Brasil com Duarte da costa - 460 anos do Armistício de Iperoígue - 400 anos do início da penetração de Bento Parente, Pedro Teixeira e Luis Aranha pelo rio Amazonas e fundação dos fortes de Desterro e Gurupá - 380 anos da criação do Conselho Ultramarino em Portugal - 320 anos do Tratado de Methuen - 270 anos do início da construção do Forte Jesus Maria José de Rio Pardo - 260 anos da elevação do Brasil a Vice-Reino - 220 anos do nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva - 200 anos das vitórias nas guerras de independência (BA, MA, PI, PA e Cisplatina) - 180 anos do início das operações de Caxias contra a Revolução Farroupilha - 170 anos do rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra em função da Questão Christie - 120 anos da ocupação do Acre pelo Brasil - 100 anos da Revolução de 1923 no RS - 80 anos da criação da FEB - 50 anos do Acordo de Itaipu com o Paraguai

ANO 2023

Setembro

Nº 436

As raízes da Guerra do Chaco

Vivaldo José Breternitz (*)

Entre 1932 e 1935 Bolívia e Paraguai travaram aquele foi o maior conflito armado da América do Sul no século XX.

Chamada pelos paraguaios “Chákope guare Ñorairõ”, a Guerra do Chaco trouxe consequências negativas para ambos os países – foram 50 mil mortos bolivianos e 30 mil paraguaios, além de fortes impactos na economia.

As raízes do conflito remontam à colonização da América do Sul pelos espanhóis; à medida em que os países da região foram se tornando independentes, diferentes interpretações das regras vigentes no período colonial levaram ao surgimento de disputas pela posse de territórios.

O Tratado da Tríplice Aliança, assinado em 1º de maio de 1865, concedeu à Argentina áreas do Chaco; na década de 1870, pelo Tratado Machaín-Irigoyen e processo de arbitragem conduzido pelo presidente americano Rutherford Hayes, foram resolvidas as disputas entre Argentina e Paraguai.

No entanto, restaram pendências territoriais entre o Paraguai e a Bolívia, envolvendo partes do Chaco, área árida e pouco habitada, com 170 mil quilômetros quadrados, pouco maior que o Acre.

A ilustração na página seguinte abaixo mostra a área disputada, que está em verde (Disputed Chaco Region), no interior do retângulo de bordas vermelhas.

Essa área foi objeto de três tratados entre esses países; os tratados, porém, não encerraram as pendências.

Até o início dos anos 1930, o Paraguai havia povoado o sudeste e o centro do Chaco, enquanto a Bolívia havia povoado o noroeste.

Uma solução razoável teria sido negociar os limites da área onde não havia ocupação efetiva por nenhum dos dois países. No entanto, as circunstâncias não permitiram isso, pois nenhum dos dois governos poderia fazer concessões sem pagar um alto preço político.

grande papel, a criação artística que celebrizou um ator ou uma atriz. A expressão francesa deve ter tido origem numa passagem do Livro de Job, em que há um discurso de Deus a este e onde se lê, no capítulo 39, a partir do versículo 19:

“És tu que dás o vigor ao cavalo, e foste tu que enfeitaste seu pescoço com uma crina ondulante, que o fazes saltar como um gafanhoto, relinchando terrivelmente? Orgulhosos de sua força, escarva a terra com a pata, atira-se à frente das armas. Ri-se do medo, nada o assusta, não recua diante da espada. Sobre ele ressoa a aljava, o ferro brilhante da lança e o dardo; tremendo de impaciência, devora o espaço, o som da trombeta não o deixa no lugar. Ao sinal do clarim, diz: “Vamos!” De longe fareja a batalha, a voz tonante dos chefes e o alarido dos guerreiros”.

É uma perfeita descrição do cavalo de batalha.

Na França, diz-se também *cheval de trompette*, como ensina Maurice Rat, no Dictionaire des Locutions Françaises, dos homens e mulheres aguerridos, o que é abonado com esta frase de Henri Monnier: *“Moi, d’abord, je suis bon cheval de trompette, le bruit ne m’effraie pas”* (Eu, antes de mais nada, sou um bom cavalo trompeta, o barulho não me assusta)

Cavalo de trompeta é a tradução literal, mas o sentido é o de *afeito aos toques de clarim*.

Outra fonte é o Dicionario Militar Aeronáutico, Naval y Terrestre do Dr. Guillermo Cabanellas de Torres e Luís Alcalá-Zamora y Castillo; Buenos Aires, Bibliográfica Omeba, 1961, que diz o seguinte:

Antiguamente, el que los guerreros y paladines reservaban para el dia del combate o del torneo, por ser el más fuerte, diestro y seguro de los que tenían. Solía llevar la **barda**, para disponer de protección metálica similar a la del caballero. Éste montaba en otro animal cuando iba a la guerra, mientras un escudero llevaba de la mano al **caballo de batalla**, para no fatigarlo entretanto con el peso del jinete. **Caballos de batalla** poseían los generales y oficiales de alta graduación.

[Barda = Nombre de la armadura defensiva del caballo, protegido en tiempos medioevales de modo semejante al Caballero y hombre de armas, mediante piezas o placas metálicas, que solían resistir los tiros de las armas arrojadas e incluso de algunos cartuchos y balas de las primitivas armas de fuego]

(Pesquisa e contribuição de Corálio Bragança Pardo Cabeda)

BB

Hymno para o Batalhão do Imperador Letra: Evaristo Ferreira da Veiga

Foi impossível conseguir a partitura deste hino, composto em 1823.

Portanto, há 200 anos.

É um hino desconhecido, infelizmente, mas de incomparável valor histórico.

Abaixo, a capa do livro e a letra.

FERRARINI, Sebastião. Armas, Brasões e Símbolos Nacionais – 90^º aniversário da Bandeira Nacional. Curitiba: Editora Curitiba, 1983

ARMAS, BRASÕES E SIMBOLOS NACIONAIS

90.º ANIVERSÁRIO DA BANDEIRA NACIONAL



SEBASTIÃO FERRARINI

HYMNO PARA O BATALHÃO DO IMPERADOR

Letra: Evaristo Ferreira da Veiga

*Hoje a patria é quem vos chama,
O! valentes brasileiros,
E do ferro dos guerreiros
Vossos braços vem armar.*

*Bravos filhos de Mavorte
Já no campo estais da glória;
Vamos, vamos à victoria,
Combater e triumphar.*

*Do Brasil a mãe primeira,
Formosissima Bahia,
Da feróz aleivosia
Quer os vis grilhões quebrar.*

Bravos filhos de Mavorte, etc.

*Do Janeiro sobre as margens
Seus clamores escutastes:
Desde logo alli juraste
Os seus muros libertas.*

Bravos filhos de Mavorte, etc.

*Eis da guerra o clarim sôa
E a triumphos mil nos chama;
Negra furia, que rebrama,
Não nos pôde intimidar.*

Bravos filhos de Mavorte, etc.

*Lá nos tece a patria e r'ôas,
Nossa patria, o grão Brasil,
Que sublime e senhoril
Vai dois mundos assombrar.*

Bravos filhos de Mavorte, etc.

*Lusas quinas, enfiadas,
Da soberba em vituperio,
Vêm do novo, augusto Imperio,
As estrellas fulgurar.*

Bravos filhos de Mavorte, etc.

*Pedro a nossa independencia
Sobre base pôz segura;
A promessa da impostura
Não nos ha de fascinar.*

Bravos filhos de Mavorte, etc.

*Pedro firma o throno egregio
Em valentes, livres peitos;
Sua gloria illustres feitos
Deve a todos inspirar.*

Bravos filhos de Mavorte, etc.

*Appareça n'estes lares
Sacrosanta liberdade:
O egoismo , a vil maldade,
A seus pés hão de expirar.*

Bravos filhos de Mavorte, etc.

*Já no céo fuzilam raios !
Chega o dia da vingança ! . . .
O vislumbre da esperança
Vai nos monstros acabar.*

Bravos filhos de Mavorte, etc.

Em 24 de Janeiro de 1823.

Qual a diferença entre um franco atirador e um atirador de elite? (Quora.com)

Um **Sniper** é uma atirador que opera sozinho ou com o auxílio de um "**spotter**" (observador), buscando se infiltrar nas linhas inimigas para eliminar alvos de alto valor. No EB chamamos de "**caçador**".

Um **franco-atirador** é membro de grupamento de ataque, que normalmente busca uma posição elevada, com a melhor visualização da área-alvo, para ver tudo de cima (por isso normalmente apelidado de "deus" na fonia) e poder passar orientações via rádio, bem como dar cobertura aos membros que realizam o ataque. No EB chamamos de "**atirador de escol**" ou de "**atirador de elite**".



1252 — (Maio) Morte de Fernando III, o Santo, 5o. rei de Castela, em Sevilha. (Outubro) Afonso X, o Sábio, de Leão e Castela, reúne cortes em Sevilha. Pede ao papa a restauração do bispado de Silves. (?) Crise agrícola em Portugal. (?-ou 1256) Morte de D. Mafalda, filha de Sancho I de Portugal. Sepultada no mosteiro de Arouca.

1252-1253 — Conflitos de Afonso III de Portugal com as classes privilegiadas: com o bispo do Porto e com o mestre dos Templários (o rei teria se apoderado dos tesouros da ordem ou exigido algum empréstimo forçado).

1252-1284 — Reinado (6o.) de Afonso X, o Sábio, rei de Leão e Castela, filho de Fernando III, o Santo, de Castela.

1253 — Reunião da Cúria plena ou extraordinária (que incluiu representantes dos concelhos) em Leiria. (?) Em Portugal, lei que proíbe a exportação de cereais. O papa exorta os dois reis (Afonso III de Portugal e Afonso X de Leão e Castela) a resolverem pacificamente a questão do Algarve. (Maio) Casamento de Afonso III de Portugal e D. Beatriz (filha bastarda de Afonso X de Leão e Castela e Maria Guilhén de Gusmão). Afonso III era casado também com D. Matilde de Bolonha. Morte de Teobaldo I, 12o. rei de Navarra. (20.08) Afonso X de Leão e Castela doa a aldeia de Lagos (território português) a D. Frei Roberto. (26.12) Lei da Almoçataria: tabelamento de preços em Portugal; repressão a uma alta de preços.

1254 — (22.01) Afonso III de Portugal protesta na Sé de Lisboa contra atos unilaterais de Afonso X de Leão e Castela — principalmente a nomeação de um bispo (D. Frei Roberto) para um território nacional (ver 20.08.1353). (Fevereiro e Março) Cortes de Leiria (tidas como as primeiras do reino): decisão de proibir a exportação de metais preciosos, panos, couros e mel. O mosteiro de S. Cucufate é colocado sob a obediência de S. Vicente de Lisboa pelo concelho da cidade de Beja. Conflito de Afonso III de Portugal com o bispo de Coimbra. (Agosto) O papa censura Afonso III de Portugal em bula. O alcaide de Lisboa consegue a nomeação do seu capelão Mateus Martins para o bispado de Viseu.

1255 — (20.02) Na Cúria reunida em Santarém, Afonso III de Portugal, com o consentimento de sua esposa, D. Beatriz, doa o castelo de Cacula e o de Aiamonte para o mestre da ordem de Santiago, D. Paio Peres Correia. (22.02) Afonso III de Portugal confirma o castelo de Sesimbra à ordem de Santiago. (24.02) Afonso III de Portugal confirma à ordem de Santiago, nas pessoas do mestre D. Paio Peres Correia e do comendador, os castelos, outrora doados por Sancho I e confirmados por Afonso II, de Alcácer do Sal, Palmela, Almada e Arruda. Fuero Real, redigido por inspiração de Afonso X de Leão e Castela. (Março) Afonso III de Portugal jura perante o bispo de Évora que não procederá à quebra da moeda e à cobrança do imposto do "monetágio". Envia cópias do documento aos mestres das ordens militares, mais ligados a uma economia monetária. (Maio) A condessa Matilde de Bolonha, esposa de Afonso III de Portugal, protesta na cúria romana pela bigamia do rei. Afonso III é convocado para ser julgado. Foral de Vila Nova de Gaia concedido por Afonso III de Portugal, para incrementar seu comércio internacional.

1256 — Início da redação da obra jurídica Las Siete Partidas. (Julho) A questão da bigamia de Afonso III de Portugal: o papa ordena a Afonso III que se separe da condessa Matilde de Bolonha e lhe restitua o dote. 1256-1257 — Viagens constantes de Afonso III de Portugal à Beira para estancar a apropriação de direitos régios por parte de fidalgos, bispos, ordens monásticas e sobretudo por ordens militares. Afonso III de Portugal interfere nas questões entre o bispo de Coimbra e o Mosteiro de Santa Cruz, além das violências físicas praticadas em Lisboa contra o bispo Aires Vasques (morto em 1258).

1257 — Constituição da universidade dos prohombres de la ribera, em Barcelona. Eleição de Afonso X de Leão e Castela e de Ricardo de Cornualha para o Sacro Império.

1258 — Novas inquirições em Portugal: cinco alçadas que colhem informações nos locais por onde passam. Imenso e minucioso inquérito, um dos mais impressionantes monumentos da documentação medieval portuguesa. (Abril) A questão da bigamia: bula papal acusando Afonso III de adultério e incesto, ordenando a restituição do dote da condessa Matilde de Bolonha. Morte da condessa Matilde de Bolonha. Afonso III de Portugal promulga um Regimento da Casa Real, com o intuito de moderar as despesas e definir as responsabilidades dos membros da corte (parcialmente reformulado em 1261). Morte do bispo de Lisboa, Aires Vasques, assassinado. O alcaide de Lisboa apresenta Pedro Anes como bispo de Lamego. Nascimento de Sancho IV de Castela, filho de Afonso X, o Sábio, de Leão e Castela. (?) Início da construção

do mosteiro do Marmelal, dos cavaleiros hospitalários (tendo como prior Afonso Peres Farinha). Reclamações dos bispos portugueses entregues ao papa (a 39a. rezava que o monarca português empregava judeus em cargos oficiais).

1258-1262 — Afonso III de Portugal concede cartas de privilégios a várias feiras, para isentar de impostos os seus frequentadores, estimulando o comércio interno.

1259 — D. Beatriz, esposa de Afonso III de Portugal, dá a luz a D. Branca. (Abril) Afonso III de Portugal protege e funda o convento das clarissas em Santarém, autorizado pelo papa Alexandre IV — o convento é considerado um dos primeiros exemplos de igreja gótica portuguesa. (Setembro) Afonso III de Portugal doa a seu chanceler D. Estêvão o couto de Alvito, no Alentejo.

1260 — O papa Alexandre IV induz Afonso III de Portugal a participar da Cruzada à Terra Santa. O alcaide de Lisboa influencia a eleição de Vicente Mendes no Porto. (?) Construção de uma sinagoga em Lisboa, por parte de José Ibn Jachia, pai de Salomão Ibn Jachia (autor de um comentário do Talmude hoje desaparecido).

1261 — (Janeiro a Março) Afonso III de Portugal, em Guimarães, promulga uma lei geral que regulamenta os direitos que os padroeiros podiam exigir das suas igrejas e mosteiros (política de repressão dos abusos senhoriais). Afonso III de Portugal promulga uma solene proibição dos abusos das ordens militares quanto à cobrança do direito de montado, que prejudicava os criadores de gado não pertencentes a tais corporações. Cobra, ainda, um imposto geral proporcional aos rendimentos dos contribuintes, excetuando, os bispos, chefes das ordens militares, cavaleiros e cônegos. Em Portugal, importante atividade legisladora. Nascimento de Dinis, primeiro filho varão de Afonso III de Portugal e D. Beatriz. O Regimento da Casa real promulgado por Afonso III de Portugal em 1258 é parcialmente reformulado. (Abril) Cortes de Coimbra: (?) criação do cargo de meirinho-mor, encarregado de vigiar e coordenar as intervenções dos meirinhos regionais. Nomeado Nuno Martins de Chacim (meirinho regional Entre Douro e Minho).

1262 — (Fevereiro) Supressão do reino de Niebla pela conquista da cidade a Ibn Mahfut por Afonso X de Leão e Castela. (01.04) Doação do castelo de Ulgoso a Rodrigo Paes, mestre do Hospital, e à sua ordem. Confirmam: D. Henrique Mendes, mordomo-mor, D. Martinho de Sousa (Annes?), alferes del rei, D. Gonçalo Mendes, D. Poncio Affonso, Pedro Peres, D. Jo, Fernandes. Todos os prelados. Feita em Lisboa e incluída em sentença de 1742 (G. 6, M. único no. 32, no Arq. Nac.). (Maio) Os bispos portugueses escrevem ao papa pedindo a legitimação do casamento de Afonso III de Portugal com D. Beatriz e os filhos já dela nascidos (o pedido é apoiado por Luís IX de França, Teobaldo, rei de Navarra, Carlos, conde de Anjou e Provença, e vários senhores portugueses). O prior do Hospital, D. Afonso Pires dá o primeiro foral a Tolosa.

1263 — Desvalorização da moeda em Portugal. (Abril) É nomeada uma comissão para solucionar as divergências da questão do Algarve entre Portugal e Castela. (Junho) Acordo entre Portugal e Castela para o Algarve: discussão sobre a legitimidade das concessões de terras algarvias às ordens militares feitas por ambos os soberanos. (Junho) Concessão papal para o casamento de Afonso III de Portugal e D. Beatriz.

1263-1266 — Sublevação mudéjar e contra-ofensiva cristã no baixo Guadalquivir e antigo reino de Múrcia: Afonso X de Leão e Castela é obrigado a reunir um grande exército para recuperar várias praças.

1264 — (Setembro) Afonso X de Leão e Castela cede a Afonso III de Portugal as regalias sobre o Algarve que tinha conseguido no acordo de 1263. Afonso III aproveita a ocasião para exigir um empréstimo forçado dos concelhos. Em Portugal, lei que proíbe a mudança de estatuto de terras foreiras, rengueiras e de cavalaria (para o rei não perder os respectivos foros quando fossem adquiridas por privilegiados). Incompatibilizado com Afonso III de Portugal, Gil Martins de Riba de Vizela deixa de ser mordomo-mor português (abandonou o país para se fixar na corte do rei de Castela), passando o cargo para D. João de Aboim (fiel cortesão de categoria inferior) — Afonso III de Portugal apóia-se também nos seus bastardos, casando-os com as melhores herdeiras do reino. Neste ano, sede pontifical vacante. Neste ano é concluída a construção do mosteiro do Marmelal, pertencente à Ordem do Hospital (e tendo como prior Afonso Peres Farinha).

1265 — Cortes de Egea: se delinea a figura de Justiça de Aragão. Tomada de Múrcia por Jaime I, o Conquistador, de Aragão. O papa dá uma concessão a Afonso X de Leão e Castela para financiar a cruzada: a décima parte dos rendimentos eclesiásticos de Castela e Portugal. Em Portugal, lei que regulamenta o

pagamento das anúduvas, ou prestações em trabalho para a reparação de muralhas e castelos. Afonso III de Portugal dota o tribunal régio de um corpo de magistrados.

1266 — O alcaide de Lisboa consegue eleger para Évora o capelão da rainha, Durando Pais. Em Portugal, lei que procura reprimir a usura. Em Santarém, um caso referente a profanação de hóstia por um judeu. Afonso III de Portugal promulga então uma lei considerada imparcial em relação a tais casos.

1266-1267 — Em Portugal, criação de um corpo de leis processuais que regula os mecanismos de justiça.

1267 — Assinalam-se mercadores portugueses na feira de Lille. (16.02) Tratado de Badajoz, demarcando a fronteira entre Portugal e Castela: o rio Guadiana a partir da foz do Caia para o sul. Legítima definitivamente a integração do Algarve a Portugal (é reconhecida por Afonso X de Leão e Castela a soberania portuguesa do Algarve). (07.05) Afonso X de Leão e Castela dispensa o rei de Portugal da obrigação de, eventualmente, lhe prestar auxílio militar com 50 homens de lança.

1267-1268 — Todos os bispos do reino de Portugal se encontram na cúria pontifícia, apresentando um libelo de 43 artigos de acusações contra Afonso III de Portugal.

1268 — Lei de taxas de preços e salários de Afonso X de Leão e Castela. Afonso III de Portugal toma a cruz e obriga-se a uma expedição à Terra Santa (nunca chegou a ir). O papa Clemente IV outorga dinheiro de cruzada a Afonso III de Portugal, depois de obter a promessa de uma cruzada à Terra Santa. (31.07) O papa levanta por seis meses o interdito que os bispos portugueses lançaram sobre Portugal, permitindo ao rei receber durante algum tempo o produto de legados pios e esmolas para a Terra Santa, para preparar sua expedição. (Novembro) Morte do papa Clemente IV — vacância da Santa Sé até março de 1272.

1268-1282 — Pero Anes de Portel, filho de D. João de Aboim (um dos personagens principais da corte de Afonso III de Portugal), governador de Leiria e Sintra.

1270 — Nova cunhagem de moeda em Portugal: sinal de estabilização da coroa. Afonso III de Portugal dá a seu infante um importante senhorio, constituído das vilas de Portalegre, Marvão, Arronches e (castelo de) Vide. Sétima Cruzada: São Luís IX de França ataca a Tunísia muçulmana. Morte de Teobaldo II, 13o. rei de Navarra. O bispo de Silves, D. Bartolomeu e seu cabido, declaram não reconhecerem outro senhor senão D. Afonso III de Portugal, renunciando a todas as doações e direitos outorgados pelos reis de Castela, mesmo que tivessem sido confirmadas por autoridade pontifícia.

1271 — Em seu testamento, Afonso III de Portugal deixa alguns legados para a Terra Santa. Num diploma, manda-se suscitar a observância do direito estabelecido de apelação da justiça administrada pelas ordens militares em suas terras. (?) Nascimento de D. Isabel de Aragão, futura esposa do rei de Portugal, D. Dinis.

1271-1276 — Papado de Gregório X, placentino.

1272 — Em Portugal, renovação da lei de 1261, que reprime o abuso de fidalgos contra bens de mosteiros e igrejas. Afonso III de Portugal emite lei para reprimir a vingança privada.

1272-1275 — Afonso III de Portugal retoma a política de concessão de cartas de privilégios a várias feiras.

1273 — Privilégios de Afonso X de Leão e Castela ao Honrado Concejo de la Mesta. Morte de Ricardo de Cornualha, última tentativa de Afonso X de Leão e Castela para convencer o papa (1275). Em bula, o papa Gregório X retoma a questão entre os bispos e o rei.

1273-1274 — Cortes em Santarém reunidas para tratar da questão entre os bispos e o rei Afonso III de Portugal. Durando Pais é designado um dos "corregedores" para arbitrar as questões.

1273-1303 — Reinado (2o.) de Maomé II, de Granada.

1274 — O papa Gregório X ordena que seja pregada a cruzada também em Portugal. Morte de Henrique I, 14o. rei de Navarra. Concílio de Lião: já se pensa em suprimir as ordens militares especialmente os templários. Pedro Dubois, autor do livro *De recuperatione terrae sanctae*, propôs que os templários fossem obrigados a residir na Palestina, que os seus bens fossem arrendados e que suas comendas e priorados se transformassem em escolas destinadas ao ensino das ciências.

1275 — Gregório emite a bula *De regno Portugaliae*, historiando toda a controvérsia entre os reis e os bispos portugueses desde Afonso II de Portugal. A partir desse ano até sua morte, Afonso III de Portugal não sai mais de Lisboa, provavelmente por sua saúde.

1275-1277 — O breve pontificado do papa João XXI (português, 1276-1277, de nome Pedro Julião) constituiu um intervalo no conflito entre o clero e a nobreza lusa.

1276 — (Janeiro) Morte do papa Gregório X. (Fevereiro). Eleito o papa Inocêncio V, que designa um franciscano (frei Nicolau Hispano) para ir a Portugal com plenos poderes para executar a bula apostólica; retorna sem ter conseguido. (Junho) Morte de Inocêncio V. (Julho a Agosto) Adriano V papa. (Setembro) Pedro Hispano, português, papa João XXI, dá novos poderes ao franciscano Nicolau Hispano para ir a Portugal. Ramon Llull funda o colégio de Miramar para o estudo do árabe e a formação de missionário para países muçulmanos. Morte de Jaime I, o Conquistador, 9o. rei de Aragão.

1276-1285 — Reinado (10o.) de Pedro III, o Grande, de Aragão (n. 1239), filho de Jaime I, o Conquistador. 1277 — (Janeiro) Sob ordens de João XXI, o franciscano Nicolau Hispano chega a Portugal e consegue com o rei uma solene audiência, lendo a constituição de Gregório X. (Fevereiro e Março) Vários encontros entre Nicolau Hispano e Afonso III de Portugal, sem resultado. (Março) Bula Jucunditatis et exultationis, onde o papa português João XXI exprime seu desejo de resolver a questão entre os bispos e Afonso III de Portugal. (Abril e Maio) Nicolau Hispano em Santarém, Coimbra, Porto, Braga, Guimarães, Lamego, Viseu e Guarda. (Maio) Morte do papa João XXI. (06.10) Nicolau Hispano é chamado a outra audiência com o rei, na presença dos infantes D. Dinis e D. Afonso, em que Afonso Peres Farinha discursa elogiando o zelo do legado papal. Afonso III de Portugal proíbe aos nobres, incluindo os ricos-homens, pousarem nos casais foreiros da coroa e nos reguengos — implantação da autoridade e do poder régio.

1278 — (Abril) Bula do papa Nicolau III, onde o papa, nomeando um novo arcebispo de Braga, comunica sua decisão a Afonso III, pedindo sua proteção. Afonso III de Portugal entrega o governo do reino a seu filho D. Dinis. Já nesse ano, num documento oficial, vem citado o “arrabi moor dos judeus”, consequência da regulamentação de Afonso III de Portugal ao sistema de rabinato.

1279 — (Janeiro) Ainda excomungado, Afonso III de Portugal manda redigir um documento em que declara sua submissão ao papa, ordena a entrega de várias terras à Igreja e recebe a absolvição de frei Estêvão, abade resignário de Alcobaça. (16.02) Morte de Afonso III de Portugal: recebe exéquias litúrgicas. (Março) O papa Nicolau III nomeia o frei franciscano Telo para uma visita a Leão e Castela para solicitar a Afonso X, o Sábio que intervenha junto a D. Dinis a respeitar as liberdades eclesiásticas. Tratado de D. Dinis com os judeus de Bragança (em número de 19). Estes comprometem-se a pagar ao rei anualmente, no mês de agosto, um tributo de 600 maravedis leoneses, além de adquirir bens de raiz de estado pela quantia de 3.500 maravedis: 2.000 maravedis de linhas, 1.000 maravedis de terras para lavoura e 500 maravedis em edificações.

1279-1325 — Reinado de D. Dinis, o Lavrador, de Portugal.

1280 — (Agosto) Morte do papa Nicolau III — vacância da sede pontifícia até janeiro de 1281. D. Dinis em Trancoso: ordena uma embaixada portuguesa que vá a Aragão: início das negociações para o casamento de D. Dinis e Isabel, filha de Pedro III, o Grande.

1281 — Lutas entre D. Dinis I de Portugal e o irmão D. Afonso: o primeiro ataca o segundo em Vide, por este ter decidido cercar a vila e transformá-la em castelo (aumentando-lhe em uma torre) sem lhe pedir autorização. Em Portugal, leis que restringem os abusos dos padroeiros sobre igrejas e mosteiros, favorecendo o clero contra extorsões dos nobres. Embaixada aragonesa em Portugal, nas negociações do casamento de D. Dinis e Isabel de Aragão. (Abril) Generosa carta de dotação da futura rainha (D. Isabel), com o senhorio de três vilas e a segurança de doze castelos. O prior do Hospital, D. Gonçalo Fagundes, dá o segundo foral a Tolosa.

1281-1295 — Intensificação da política de D. Dinis da prática de aforamentos (758 aforamentos, a uma média de 54 por ano).

1282 — (Fevereiro) Em Barcelona, casamento por procuração, entre D. Dinis de Portugal e Isabel de Aragão. (Fevereiro) Acordo de Estremoz entre D. Dinis e o infante D. Afonso a respeito da questão de Vide (1281). (Abril) Cortes de Évora: é apresentado um texto final entre D. Dinis e os bispos, mandado ao papa Martinho IV (a resposta veio em 1284). (Junho) D. Dinis em Trancoso: celebração do casamento com D. Isabel de Aragão. (04.08) D. Dinis subscreve um diploma na Guarda. (Outubro) D. Dinis e D. Isabel em Coimbra: A corte permanece nessa cidade até o fim do ano. Guerra civil castelhana: insurreição de um irmandade geral em apoio a Sancho IV contra seu pai Afonso X, o Sábio, de Leão e Castela (D. Dinis de Portugal apóia o príncipe Sancho). A sublevação da Sicília contra Anjou coloca a ilha em mãos de Pedro III,

o Grande, de Aragão — "Vésperas Sicilianas" — os angevinos são expulsos. Em Portugal, proteção a empresários que se consagraram à exploração de minas de ferro e de mercúrio (azougue). Pero Anes de Portel, governador de Trás-os-Montes.

1282-1290 — Período de maior concessão de forais, política de D. Dinis. A maior parte beneficiava povoações transmontanas, com fraca densidade demográfica.

1283 — Criação do Consulado de Comércio de Valência. Pedro III, o Grande, de Aragão, concede à União Aragonesa seu Privilégio Geral. Nasce as cortes de Valência. Morte de Durando Pais, ex-chanceler da rainha e bispo de Évora. (Novembro-dezembro) Cortes de Coimbra. (Dezembro) Inquirição em Silvade, na Terra de Santa Maria.

1284 — O papa Martinho IV envia resposta a D. Dinis sobre as questões dos bispos, com exigências de emendas. (Fevereiro) D. Dinis manda fazer inquirições: cadastro geral no julgado de Gaia e na Terra de Santa Maria, prolongando-se até agosto de 1284. Início da indústria têxtil em Barcelona. Afonso III de Aragão apóia os infantes de La Cerda. Sancho (IV de Leão e Castela) obtém a aliança de Filipe IV de França. Morte de Afonso X, o Sábio, de Leão e Castela, no meio de grave conflito com seu filho, Sancho IV. Nomeia D. Beatriz sua testamenteira, deixando-lhe o antigo reino de Niebla. Sancho IV autoproclama-se rei, é coroado em Toledo e impõe sua autoridade sobre Castela.

1284-1295 — Período de maior concessão de cartas de privilégio de feiras francas, política de D. Dinis I de Portugal. Privilegiou-se os lugares perto das fronteiras galega, leonesa e castelhana, junto às vias de penetração e de circulação no interior, como o Douro e a estrada da Beira. Reinado de Sancho IV, de Castela, filho de Afonso X, o Sábio.

1285 — Sublevação em Barcelona encabeçada por Berengário Oller. Morte de Pedro III, o Grande, 10o. rei de Aragão. (Junho) Cortes de Lisboa: os bispos escrevem ao papa Honório IV fazendo acusações a D. Dinis. Os nobres protestam contra a quebra de imunidades senhoriais, face à ofensiva da administração central nas inquirições iniciadas em 1284. Domingos Anes Jardo, chanceler favorável a D. Dinis, para Évora. Em Portugal, definição da taxa dos tabelionatos. Nascimento de Fernando IV de Castela, filho de Sancho IV de Castela. (?) Nascimento de D. Pedro, filho bastardo do rei D. Dinis e autor do Livro de Linhagens e da Crônica Geral de Espanha de 1344.

1286 — Lei de desamortização de D. Dinis (favoreciam a coroa e os nobres, prejudicados pela excessiva acumulação de bens fundiários pelo clero). Álvaro Nunes de Lara se revolta abertamente contra seu senhor, Sancho IV de Castela, assolando com seu bando povoações castelhanas junto à fronteira portuguesa (Beira e Trás-os-Montes) — o infante D. Afonso apóia Álvaro Nunes de Lara, um dos motivos de sua contenda com D. Dinis. Um dos combates se deu em Alfaiates (ainda pertencente ao rei de Leão). Nele morreram dois cavaleiros portugueses irmãos do mordomo do infante D. Afonso. Pero Anes de Portel, governador de Panóias.

1287 — A "Lide dos Alfaiates": luta dos concelhos contra os nobres revoltosos. Morte do papa Honório IV. D. Isabel recebe Sintra como arra de seu rei, D. Dinis. (Outubro e Novembro) D. Dinis associa-se a Sancho IV de Castela para cercar o infante português D. Afonso em Aroches. (Dezembro) o infante D. Afonso, submetido a D. Dinis e Sancho IV de Castela, celebra a paz de Badajoz. Inquirição sobre a herança da fortuna da família de Souza, a mais poderosa representante da nobreza tradicional portuguesa (os herdeiros do conde Gonçalo Garcia de Souza).

1288 — Sancho IV assegura o poder real definitivamente em Leão e Castela. O tratado assinado em Lyon estabelece por dois séculos as linhas gerais da política externa castelhana. A aliança com a França será seu ponto forte. (Fevereiro). Eleito novo papa, Nicolau IV: as negociações sobre as questões dos bispos começam em Roma, com a presença destes. (17.09). Na bula papal Pastoralis officii, Nicolau IV, respondendo a um pedido dos freires portugueses da Ordem de Santiago, permite-lhes eleger provincial próprio, independente do mestre da Hispânia. (?) Início das negociações para a fundação de uma universidade em Portugal. (Junho) Cortes de Guimarães: D. Dinis I de Portugal, numa posição de força após a submissão do infante D. Afonso (1287), responde aos protestos dos nobres prometendo designar uma comissão para averiguar a legitimidade das honras criadas desde o tempo de Afonso II. (Setembro) Sentença sobre o

destino dos bens da família de Souza: o rei se arroga no direito de interferir na sucessão do patrimônio senhorial — afirmação do poder régio.

1289 — Concordata de D. Dinis com a Santa Sé para pôr fim às querelas entre o clero português e a nobreza: texto com 40 artigos aprovados pelo papa em 07 de março. Domingos Anes Jardo, chanceler favorável a D. Dinis, de Évora para Lisboa. D. Dinis I de Portugal auxilia Sancho IV de Castela na guerra contra Afonso III de Aragão, apesar deste ser seu cunhado. D. Dinis doa a seu filho D. Pedro (futuro conde de Barcelos, autor do Livro de Linhagens e da Crônica Geral de Espanha de 1344) bens em Lisboa, Estremoz, Évora-Monte, para ele e sua descendência legítima (caso não tivesse descendentes, os bens deveriam reverter para seu irmão Afonso Sanchez, outro bastardo).

1289-1313 — D. Dinis I de Portugal sustenta graves questões com o bispo D. Egas de Viseu, levando este a escrever a obra *De libertate Ecclesiae*.

1290 — Os judeus são expulsos da Inglaterra pelo rei Eduardo I (1272-1307). O papa Nicolau IV (de Ascoli, 1288-1292) confirma o Estudo Geral de Lisboa, fundado por D. Dinis I de Portugal. Concordata de 1289: suspensão do longo interdito a que o reino estava sujeito desde 1267. (01.03) Fundação da Universidade de Lisboa por D. Dinis I de Portugal. Em Portugal, proteção a empresários que se consagraram à exploração do ouro. (05.11) Provisão régia: sentença judicial sobre o resultado das inquirições de 1288, reprimindo a extensão e a multiplicação de honras de senhores.

1291 — Queda de Acre na Terra Santa; o papa Nicolau IV manda que os clérigos portugueses celebrem concílios provinciais para deliberarem sobre o auxílio a enviar à Terra Santa. (Fevereiro) Nascimento de Afonso, futuro Afonso IV de Portugal, 7o. rei, filho de D. Dinis I de Portugal e da rainha Santa Isabel. 2a. lei de desamortização de D. Dinis (a 1a. em 1286). (Março) Cortes de Coimbra: lei sobre heranças; novos protestos dos nobres diante da afirmação do poder régio. D. Dinis promulga a lei que proíbe as ordens militares de herdarem bens dos seus professos e de lhes comprarem propriedades fundiárias ou os receberem em doação, alegando justamente que as terras dos fidalgos estavam "minguadas e mui pobres". (Setembro) D. Dinis encontra-se com Sancho IV de Castela em Cidade Rodrigo para combinar o casamento de sua filha Constança com Fernando, príncipe herdeiro de Castela. Morte de Afonso III, 11o. rei de Aragão.

1291-1327 — Reinado (12o.) de Jaime II de Aragão, irmão de Afonso III e filho de Pedro III, o Grande.

1292 — Sancho IV de Leão e Castela conquista Tarifa. Concordata (05 artigos) respondendo a queixas dos bispos do Porto, da Guarda, de Lamego e de Viseu contra o rei D. Dinis. 3a. lei de desamortização de D. Dinis (1a. em 1286, 2a. em 1291).

1293 — É criada uma bolsa de mercadores em Portugal, com entrepostos na Flandres, Inglaterra, Normandia, Bretanha e La Rochelle. Liberdade de comércio entre Portugal e Inglaterra. Esmorecimento da aliança luso-castelhana (D. Dinis e Sancho IV): o rei português protege D. João Nunes de Lara nas suas desavenças com Sancho IV e quando este decide romper o acordo acerca do futuro casamento de seu filho, prometendo desposá-lo com uma filha do rei Filipe, o Belo, de França.

1294 — Papado de São Celestino V, dos Abruzzos. O papa Celestino V confirma a bula de 1288 do papa Nicolau IV que concede aos freires portugueses da Ordem de Santiago a eleição independente do mestre da Hispânia (ela foi revogada pouco depois pelo mesmo pontífice e por Bonifácio VIII).

1295 — Em Portugal, fundação do mosteiro de monjas cistercienses de Odivelas, protegido por D. Dinis. Martim Pires de Oliveira, chanceler favorável a D. Dinis, para Braga. (Abril) Morte de Sancho IV de Castela: disputa política entre Fernando IV (de apenas 9 anos), os infantes Henrique (irmão de Afonso X, o Sábio), João (irmão de Sancho IV), Afonso e Fernando de la Cerda. D. Dinis apóia o infante D. João. (20.07) Bula *Ab antiquis retro*, do papa Bonifácio VIII: revoga a concessão do papa Nicolau IV (de 1288) e os freires de Santiago voltam à sujeição do mestre de Castela (até 1314). (Outubro). Compromisso firmado entre D. Dinis e o novo tutor de Fernando IV, D. Henrique: D. Dinis se compromete a entregar as povoações de Moura, Serpa, Arouche e Aracena, demarcar a fronteira luso-castelhana em litígio e renovar a promessa de casamento de Fernando IV com D. Constança. Carta de D. Dinis a favor dos judeus de Lisboa.

1295-1303 — D. Judá, rabino-mor de Portugal e ministro das finanças de D. Dinis.

1295-1312 — Reinado (8o.) de Fernando IV de Castela, filho de Sancho IV de Castela.

